



Nóbrega Advogados Associados

PB JOÃO PESSOA: Av. Cap. José Pessoa, 320 – Jaguaribe

CEP 58015-170 TeleFax: (83) 3222-6610

RN PARNAMIRIM: Av. Maria Lacerda Montenegro, 2.835 sl. 11 - Nova Parnamirim

CEP 59152-600 - Tel.: (84) 3208-8861

PE OLINDA: Av. José Carlos Lima Cavalcante, 3995 - sl. 23 – Casa Caiada

CEP 53030-260 - Tel.: (81) 3431-9643

E-mail: hallisonjc@hotmail.com

Procuração

Parte Outorgante

THIAGO SILVA DE OLIVEIRA, 26 anos, brasileiro, solteiro, pizzaiolo, RG 3125897 PB, CPF 072.624.134-22, com endereço na(o) Rua Comun. Novo Horizonte, sn, Cristo Redentor, JOÃO PESSOA PB 58000-000.

Parte Outorgada

- **HALLISON GONDIM DE OLIVEIRA NÓBREGA**, solteiro, inscrito na OAB/PB 16.753; RN 972-A; PE 1563-A; BA 39042;
- **MÁRIO VICENTE DA SILVA FILHO**, solteiro, inscrito na – OAB/PB 19.647 e
- **EDSON MORETE DOS SANTOS** – OAB/PB 12.619 e RN 701-A;

todos brasileiros e Advogados com Escritório Principal na Cidade de JOÃO PESSOA PB, na Av. Capitão José Pessoa, 320 – Jaguaribe - CEP 58015-170.

Pelo presente instrumento de **PROCURAÇÃO**, a retro **Parte Outorgante** nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados (**PARTE OUTORGADA** acima), **conferindo-lhes** os poderes da cláusula "*ad judicia et extra*", em qualquer instância ou Tribunal, para, em conjunto ou separadamente, defender interesses nas ações que propuser ou contra si forem propostas ou já em andamento, além de transigir, acordar, receber e dar quitação, celebrar acordos (inclusive *extras judiciais*), firmar e ratificar termos e compromissos, e praticar todos os demais atos em direito permitidos, por mais especiais que sejam, até substabelecer, com ou sem reservas de poderes, no todo ou em parte, podendo, ainda, receber Alvará Judicial de Pagamentos junto a quaisquer instituições públicas e/ou privadas (inclusive Estabelecimentos Bancários e/ou Financeiros e Seguradoras), passando recibo e dando quitação.

Contrato

Fica CONTRATADO, desde já, que os devidos honorários advocatícios serão na base de **25% (vinte e cinco por cento)** sobre o valor bruto a receber (no caso de indenização e outros recebimentos congêneres), os quais, quando for o caso, serão descontados em favor do constituído (art. 22 § 4º da Lei 8.906/94), com expedição do respectivo Alvará pelo juízo da ação, constando a soma dos honorários sucumbenciais e os contratuais, tudo em favor do outorgado que o requerer e conforme pacto através do presente instrumento, sendo que, quando houver prestações continuadas (benefícios mensais previdenciários, pensão alimentícia e congêneres), serão pagos, além dos honorários sobre atrasados, também sobre os valores recebidos durante os 12 (doze) meses seguintes. Nas ações que não visem qualquer recebimento em espécie, os honorários serão os constantes da tabela da OAB do Estado onde for ajuizada a Ação. Assim, fica configurado **CONTRATO DE ADESAO**, formalizado, para qualquer eventualidade futura.

JOÃO PESSOA PB, 4 de maio de 2016.

Thiago Silva de Oliveira

0161 KIT Doc E Doc - Atual - 26mar14 - P. A. C. S. I. A. D.

Cad. 4657

4/2



DECLARAÇÃO

(não ajuizamento de ação DPVAT)

Parte Declarante

THIAGO SILVA DE OLIVEIRA, 26 anos, brasileiro, solteiro, pizzaiolo, RG 3125897 PB, CPF 072.624.134-22, com endereço na(o) Rua Comun. Novo Horizonte, sn, Cristo Redentor, JOÃO PESSOA PB 58000-000.

Para que surta seus jurídicos e legais efeitos, a parte acima qualificada e abaixo assinado declara, para os devidos fins de Direito que se fizerem necessários, que não recebeu verbas referentes ao Seguro DPVAT que está sendo objeto do pedido da exordial, bem como não ajuizou ação em outra comarca visando recebimento do referido seguro contra outra seguradora ou em qualquer outro Estado da Federação. Declara, ainda, estar ciente das sanções administrativas, cíveis e criminais em caso falsa declaração.

JOÃO PESSOA, PB, 4 de maio de 2016.

Thiago Silva de Oliveira

0161 KIT Doc E Decl - Atual - 26mar14 - P_A ASSINAR

2/3

Cad. 4657



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Parte Declarante

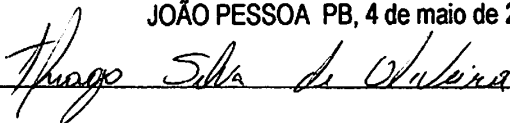
THIAGO SILVA DE OLIVEIRA, 26 anos, brasileiro, solteiro, pizzaiolo, RG 3125897 PB, CPF 072.624.134-22, com endereço na(o) Rua Comun. Novo Horizonte, sn, Cristo Redentor, JOÃO PESSOA PB 58000-000.

A parte acima qualificada e abaixo assinado declara, nos termos da Lei 1.060/50, que é pobre na forma da lei, não dispondo de meios que possibilitem custear as despesas processuais e honorárias da ação a ser proposta.

Afirma, ainda, ser conhecedor das sanções penais, caso a presente não retrate a verdade.

Assina esta declaração para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

JOÃO PESSOA PB, 4 de maio de 2016.







VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	3.125.897 -2 VIA
DATA DE EXPEDIÇÃO	25/04/2012
NOME	THIAGO SILVA DE OLIVEIRA
FILIAÇÃO	JOSÉ HUMBERTO DE OLIVEIRA ANA VERONICA SILVA DE OLIVEIRA
NATURALIDADE	JOÃO PESSOA-PB
DATA DE NASCIMENTO	27/08/1986
DOC ORIGEM	CASAM N.19552 FLS.52 LIV.B 67 CARTORIO JOÃO PESSOA PB
CPF	072.624.134-22
JOÃO PESSOA - PB	ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.118 DE 29/08/83	



JOSE HUMBERTO DE OLIVEIRA
COMUNHO HORIZONTE SAN - CRISTO REDENTOR
JOAO PESSOA/PB CEP 58000000 (AS 7)

ENERGIA PARABAI OESTE DO ESTADO DE PARAIBA
Energia Ampla - Unidade de Negócio - Joo Pessoa/PB - CEP 58000-000
CNPJ 06.960.001/0001-10 - Ins. Est 16.046.920-0

Classe/Status RESIDENCIAL / BARRA RENDIA MONTASCO
Roteiro 12-2-554-1146 Referência Jan/2014
Nº medidor 0003937224 Emissão 18/01/2014

Nota Fiscal Carta de Energia Elétrica Nº 6.147
Código para Débito Automático: 0000611942-4

5011 266 2616 6236 5310 5300 1000 1000

5/611942-4

Jan/2014

Carta de Energia Elétrica - TSEE fornecida de 10 a 10.438, de 26 de abril de 2014.
O sistema de medição de energia elétrica é do tipo padrão.
As bandeiras amarela ou vermelha quando acionadas, indicam
tarifas de maior valor devido ao maior custo de geração. Nos dias
de maior geração de energia, a tarifa é classificada como vermelha.
O JCS de ajuste de acordo com a tarifa de energia elétrica.
Mais informações em: www.eneq.gov.br

18/01/2014

19/02/2014

42456410459

Data Letura Data Letura
18/12/13 5664 19/01/14 6817

FATURAS VENCIDAS ATÉ
O DIA 13/01/2014 PAGAS
OBRIGADO!

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo em kWh	20	0,10454	2,13
Consumo em kWh	70	0,17921	12,54
Consumo em kWh	63	0,26882	16,94

IMPÓSTOS E ENCARGOS	0,31
PIS	1,43
COFINS	1,84
CONTRIB SERV LUM PUBLICA	0,19
JUROS DE MORA 12/2013	1,80
MULTA 12/2013	17,85
JCS (Base de Cálculo R\$ 65,17) (Ajuste 27,03%)	

Dez/13	125
Nov/13	126
Out/13	112
Set/13	165
Ago/13	47
Jul/13	27
Jun/13	115
Mai/13	133
Abr/13	133
Mar/13	127
Fev/13	138
Jan/13	143

OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS	5,04
PARCELAMENTO DE DÉBITO 34/13	35,51
PARCELAMENTO DE DÉBITO 4/14	

Verba dos últimos meses
126 kWh

24/01/2014

R\$ 94,80

11/2013 - Joo Pessoa

DIMENSIONAL	5,50
DIC TRIMESTRAL	12,24
DIC ANUAL	25,09
FIC DIMENSIONAL	3,80
FIC TRIMESTRAL	7,50
FIC ANUAL	16,30
JCS	3,71
DICR	12,22

0,00	NOMINAL	220
0,00	CONTRATADA	220
0,00	TAXA SUPERIOR	220

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviço de Entrega de Energia	14,25	15,02
Consumo de Energia	12,54	13,27
Serviço de Transmissão	0,89	0,94
Encargos Setoriais	1,79	1,88
Impostos, Direitos e Encargos	23,03	24,28
Outros Serviços	41,66	43,16
Total	94,80	100,00

Valor do Encargo do Uso do Sistema de Distribuição
(R\$ 11/2013) R\$ 14,25

- Faturas Antecipadas Parceladas, conforme contrato firmado
- Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$ 10,00
- Letura confirmada



Assinado eletronicamente por: Hallison Gondim de Oliveira Nóbrega - 30/01/2017 11:54:19

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17013011524436700000006278994

Número do documento: 17013011524436700000006278994



CERTIDÃO

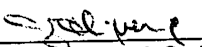
Nº. 0532/2014

Atendendo solicitação do senhor ANDERSON LOPES DOS SANTOS, e de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcisio Burity, certifico a constatação de Ficha de Atendimento Ambulatorial nº 615516 e Prontuário Médico de nº 2014.02.000256 pertencentes a **THIAGO SILVA DE OLIVEIRA** que foi atendido na Unidade de Urgência e Emergência do Ortopedia no dia 03/02/2014 às 11h38min, vítima de colisão carro x moto, apresentando ferimento no joelho e pé esquerdo.

Submetido a avaliação médica e exame de imagem que não evidenciou fratura. Medicado e liberado.

E para constar eu, Sônia Maria Maciel Pontes de Oliveira, Médica da Vigilância à Saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 07 de abril de 2014


Médica da Vigilância à Saúde
CRM/PB 2959



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB Nº **010099506448**
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA COD-RENAVAM 010099506448-0 PERIODO: 1 0093691152-9 00/00000000 2013

THIAGO SILVA DE OLIVEIRA

PLACA: **MOH5127/PB**

CHASSI: **9364892800151000**

ESPECIE TIPO: **YAMAHA YBR 125** COMBUSTIVEL: **VERMELHA**

MARCA/MODELO: **YAMAHA YBR 125** ANO FAB: **2007** ANO MOD: **2008**

CAP/OTICIL: **7 P/125 /C** CATEGORIA: **PARTIC** COR PREDOMINANTE: **VERMELHA**

COTA UNICA: **12/08/2013** VENC COTA UNICA: **12/08/2013** 1º VENC/COTAS: **12/08/2013**

PAIXA/PVA: **12/08/2013** PARCELAMENTO/COTAS: **12/08/2013** 2º VENC/COTAS: **12/08/2013**

PREMIO TARIFARIO (R\$): **100,00** IOF (R\$): **100,00** PREMIO TOTAL (R\$): **200,00** DATA DE PAGAMENTO: **12/08/2013**

SEM RESERVA DE DOMÍNIO

DATA: **15/08/2013**

13730





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0803602-90.2017.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro a gratuidade judiciária requerida.

OFICIE-SE ao Núcleo de Conciliação e Mediação para que designe data e hora para realização de audiência de conciliação.

Com o retorno, **citem-se e intime-se** a parte ré, por carta com AR (NCPC, art. 246, I c/c art. 334).

Fica a parte autora intimada na pessoa de seu advogado (NCPC, art. 334, §3º)

Ficam as partes cientes de que o comparecimento, acompanhado de advogados, é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa (NCPC, art. 334, §8º). As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (NCPC, art. 334, §10).

Em não havendo autocomposição, o prazo para contestação, de 15 (quinze) dias (NCPC, art. 335, caput), terá início a partir da audiência ou, se o caso, da última sessão de conciliação (NCPC, art. 335, I).

Se a parte ré não ofertar contestação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (NCP, art. 344), salvo as exceções previstas no art. 345 do NCPC.

P.I. e Cumpra-se.

JOÃO PESSOA, 13 de fevereiro de 2017.

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Número do Processo: 0803602-90.2017.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)
Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]
Polo ativo: AUTOR: THIAGO SILVA DE OLIVEIRA
Polo passivo: RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

CERTIDÃO

Certifico, por dever de ofício e para que produza os devidos efeitos legais, que, por determinação do(a) Juiz(a) Coordenador(a) de Centro de Conciliação e Mediação, que o referido Centro não realiza audiências nas ações de cobrança de seguro obrigatório DPVAT, uma vez que já existem os Mutirões DPVAT, motivo pelo qual deixo de cumprir o despacho retro e faço os autos conclusos para as devidas providências. Dou fê.

JOÃO PESSOA, 20 de abril de 2018
WALESKA VIDAL LOPES





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0803602-90.2017.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro o pedido de justiça gratuita.

Nas ações de cobrança de [DPVAT](#), dificilmente ocorre acordo antes de realizada a perícia, a audiência de conciliação pode ser postergada para momento posterior ao da perícia, fazendo-se adaptações no procedimento que conduzam à máxima efetividade dos atos processuais e à maior celeridade do processo.

Assim, deixo de marcar audiência prévia de conciliação. Cite-se o réu para contestar no prazo de 15 dias, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial. Da análise da inicial, já verifico a necessidade de prova pericial.

Nomeio perito o Dr. Antonio Vituriano, médico ortopedista, com endereço no Hospital do Município de Pendências. Fixo o valor dos honorários periciais no patamar de R\$ 200,00 (duzentos) reais em razão do convênio celebrado entre a Seguradoras e o TJPB. Assim, intime-se a parte ré para, no prazo de dez dias, depositar em conta judicial o valor designado, correspondentes aos honorários periciais. Não se realizando o depósito, serão considerados verdadeiros, salvo prova documental em contrário, os fatos aduzidos na inicial, pertinentes às lesões e sequelas sofridas pelo autor. Após, intime-se o perito nomeado para dizer dia, hora e local para a realização do exame clínico para fins de perícia, que deve ser apazado com antecedência de 60 dias, e fixando o prazo de 20 (vinte dias) para a entrega do laudo, a contar da data do exame clínico. Desde já, formulo os seguintes quesitos: 1- Quais as lesões sofridas pelo autor? 2- As lesões decorreram de acidente de veículo? 3- Essas lesões tornam algum membro ou função deficiente? 4- Totalmente ou em parte? 5 Em que percentual? 6- Das lesões resulta incapacidade para o trabalho ou incapacidade fisiológica? 7- A incapacidade é temporária ou permanente? 8- Das lesões resultam redução da capacidade laboral ou fisiológica? 9- A incapacidade, se parcial, é completa em relação à parte do corpo afetada ou é incompleta? 10- No caso de invalidez parcial incompleta, a repercussão da lesão é intensa (75% ou mais), média (50%), leve (25%) ou residual (10% ou menos)? Intime-se a parte ré para indicar assistente técnico e apresentar outros quesitos diferentes dos formulados por este juízo, no prazo de contestação. A parte autora já teve tal oportunidade na inicial. Os quesitos devem ser apresentados em duas vias para serem entregues em secretaria, além da via de protocolo do advogado, sendo uma via para ficar no processo e outra via para ser remetida ao perito. Após apresentado o laudo, intimem-se as partes para se pronunciarem sobre o mesmo, no prazo comum de 10 (dez) dias e informarem se têm interesse em audiência de conciliação, bem como expeça-se alvará para levantamento dos honorários periciais. Solicitada por ambas as partes audiência de conciliação, a secretaria apraze a audiência. Se somente uma parte ou nenhuma requerer a realização de audiência de conciliação, e cumpridas as diligências acima determinadas, tragam-me conclusos para sentença.

P.I.

JOÃO PESSOA, 13 de maio de 2019.

Juiz(a) de Direito



Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Número do Processo: 0803602-90.2017.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]
Polo ativo: AUTOR: THIAGO SILVA DE OLIVEIRA
Polo passivo: RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que procedi com a notificação do perito:

Zimbra

jpa-vciv01@tjpb.jus.br

NOTIFICAÇÃO PERITO PROCESSO Nº 0803602-90.2017.8.15.2001

De :	1ª VARA CÍVEL DE JOÃO PESSOA	Qui, 03 de out de 2019
	<jpa-vciv01@tjpb.jus.br>	17:51
Assunto :	NOTIFICAÇÃO PERITO PROCESSO Nº 0803602-90.2017.8.15.2001	
Para :	antoniovituriano@outlook.com	

Dr. Antonio Vituriano de Abreu,

Notifico que o senhor foi nomeado perito nos autos do processo de nº 0803602-90.2017.8.15.2001 com o valor dos honorários periciais no patamar de R\$ 200,00 (duzentos) reais em razão do convênio celebrado entre as Seguradoras e o TJPB, a ser depositado pela parte ré.

Deste modo, informe se aceita o encargo de perito.

Após pagamento pela seguradora, fique intimado o perito nomeado para dizer dia, hora e local para a realização do exame clínico para fins de perícia, que deve ser apurado

com antecedência de 60 dias, e fixando o prazo de 20 (vinte dias) para a entrega do laudo, a contar da data do exame clínico. Desde já, formulo os seguintes quesitos: 1- Quais as lesões sofridas pelo autor? 2- As lesões decorreram de acidente de veículo? 3- Essas lesões tornam algum membro ou função deficiente? 4- Totalmente ou em parte? 5 Em que percentual? 6- Das lesões resulta incapacidade para o trabalho ou incapacidade fisiológica? 7- A incapacidade é temporária ou permanente? 8- Das lesões resultam redução da capacidade laboral ou fisiológica? 9- A incapacidade, se parcial, é completa em relação à parte do corpo afetada ou é incompleta? 10- No caso de invalidez parcial incompleta, a repercussão da lesão é intensa (75% ou mais), média (50%), leve (25%) ou residual (10% ou menos)?

Juízo de Direito da 1º Vara Cível da Capital.

JOÃO PESSOA, 3 de outubro de 2019
WALESKA VIDAL LOPES



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
1ª Vara Cível da Capital

PROCESSO Nº 0803602-90.2017.8.15.2001
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: THIAGO SILVA DE OLIVEIRA
RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO (RÉU)

De ordem do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, **CITE** a parte ,Nome: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A - Endereço: AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, - de 1147 a 1741 - lado ímpar, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-001, por todos os atos do processo acima e para, querendo, contestar no prazo de 15 dias, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial. Da análise da inicial, já se verificou a necessidade de prova pericial. Assim, fique ainda **INTIMADO** da nomeação do perito conforme art. 465, NCPC, bem como para, no prazo de dez dias, depositar em conta judicial o valor correspondente aos honorários periciais, fixados no patamar de R\$ 200,00 (duzentos reais), em razão do Convênio nº 015/2014-TJ/PB celebrado entre a Seguradoras e o TJPB. Não se realizando o depósito, serão considerados verdadeiros, salvo prova documental em contrário, os fatos aduzidos na inicial, pertinentes às lesões e sequelas sofridas pelo autor, bem como para indicar assistente técnico e apresentar outros quesitos diferentes dos formulados por este juízo, no prazo de contestação.

JOÃO PESSOA, em 3 de outubro de 2019.

WALESKA VIDAL LOPES

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: :
17013011524107700000006278990

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que em cumprimento ao mandado retro, no dia 07/10/2019, às 14h34min, me dirigi ao endereço indicado neste, e sendo aí, **CITEI/INTIMEI A MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**, na pessoa de seu representante legal, a **Sra. LILIANI CARNEIRO DOS SANTOS**, que tomou conhecimento de todo conteúdo do presente mandado, que lhe entreguei a contrafé e a cópia da inicial e após a sua leitura, exarou sua nota de ciência. O referido é verdade.

João Pessoa, 07 de outubro de 2019.

EMANNUELLE GOUVEIA ROLIM FERREIRA

Oficiala de Justiça Avaliadora

Cod. 9625-5

Successfully created



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
1ª Vara Cível da Capital

PROCESSO Nº 0803602-90.2017.8.15.2001
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: THIAGO SILVA DE OLIVEIRA
RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO (RÉU)

De ordem do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, CITE a parte, Nome: **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A** - Endereço: AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, - de 1147 a 1741 - lado ímpar, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-001, por todos os atos do processo acima e para, querendo, contestar no prazo de 15 dias, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial. Da análise da inicial, já se verificou a necessidade de prova pericial. Assim, fique ainda **INTIMADO** da nomeação do perito conforme art. 465, NCPC, bem como para, no prazo de dez dias, depositar em conta judicial o valor correspondente aos honorários periciais, fixados no patamar de R\$ 200,00 (duzentos reais), em razão do Convênio nº 015/2014-TJ/PB celebrado entre a Seguradoras e o TJPB. Não se realizando o depósito, serão considerados verdadeiros, salvo prova documental em contrário, os fatos aduzidos na inicial, pertinentes às lesões e sequelas sofridas pelo autor, bem como para indicar assistente técnico e apresentar outros quesitos diferentes dos formulados por este juízo, no prazo de contestação.

JOÃO PESSOA, em 3 de outubro de 2019.

WALESKA VIDAL LOPES

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: : 17013011524107700000006278990

MAPFRE Seguros
Liliani Almeida
Emissor: 14-3233
07-10-19
14:34

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que em cumprimento ao mandado retro, no dia 07/10/2019, às 14h34min, me dirigi ao endereço indicado neste, e sendo aí, **CITEI/INTIMEI A MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**, na pessoa de seu representante legal, a **Sra. LILIANI CARNEIRO DOS SANTOS**, que tomou conhecimento de todo conteúdo do presente mandado, que lhe entreguei a contrafé e a cópia da inicial e após a sua leitura, exarou sua nota de ciência. O referido é verdade.

João Pessoa, 07 de outubro de 2019.

EMANNUELLE GOUVEIA ROLIM FERREIRA

Oficiala de Justiça Avaliadora

Cod. 962535